

Economistas descartam que maioria leve a consolidação orçamental mais rápida

cnnportugal.iol.pt/consolidacao-rocamental/ps/economistas-descartam-que-maioria-leve-a-consolidacao-orcamental-mais-rapida/20220206/61ffaaa60cf2cc58e7e15621

Agência Lusa , PP

Ontem às 11:01



António Costa celebra vitória do PS nas legislativas (Miguel A. Lopes/Lusa)

Professores e economistas acham que o cenário não seria diferente se o Governo tivesse de procurar entendimentos

A maioria absoluta conquistada pelo PS não se traduzirá automaticamente num caminho de consolidação orçamental mais rápido do que se o Governo tivesse de procurar entendimentos à esquerda, consideram os economistas consultados pela Lusa.

“Tudo indica que o défice orçamental em 2021 terá sido menor do que o estimado pelo Governo no Orçamento do Estado para 2022. Apesar do ponto de partida para 2022 e anos seguintes ser melhor, não me parece que o ritmo da consolidação seja mais rápido”, disse Paulo Trigo Pereira, economista e professor do ISEG, em declarações à Lusa.

O ex-deputado independente da bancada do PS acredita que, perante tal cenário, os socialistas vão “querer honrar os seus compromissos nas políticas sociais”, pelo que “um ritmo de consolidação orçamental mais rápido teria efeito contracionista na economia”.

Apesar de destacar que a escolha do ministro das Finanças será importante, bem como a nova configuração do núcleo duro de liderança do Governo para o rumo da política orçamental nos próximos cinco anos, João Borges de Assunção, economista coordenador do Católica Lisbon Forecasting Lab, em declarações à Lusa, defende: “Enquanto houver restrições à atividade económica e social, como ainda temos no início de 2022, a consolidação orçamental não me parece prioritária, mas sim a preservação das estruturas e instituições económicas e sociais”.

O economista e professor universitário justifica que “o PS recebeu muitos votos oriundos de eleitores que se autoidentificam como de ‘esquerda’, pelo que é de esperar que possa continuar a governar pensando na sua base popular de apoio”.

“Penso que o próximo Programa de Estabilidade poderá ser revelador sobre a estratégia para as finanças públicas”, vinca.

Já para José Reis, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais (CES), “é provável que o próximo governo aposte numa contenção orçamental e macroeconómica maior do que na ausência de maioria absoluta”.

“Talvez não faça bem. É certo que as perspetivas de crescimento da inflação e dos juros podem obrigar a isso. Mas também é verdade que o país precisa de coragem em matéria de alterações estruturais da economia, querendo eu dizer com isso ação pública para que a especialização produtiva seja mais criadora de valor, mais qualificada e menos dependente do exterior”, defende o economista, em declarações à Lusa.

O investigador do CES argumenta que “um governo de maioria absoluta com um prazo de quatro anos deve encarar os problemas estruturais da economia e da sociedade, as suas vulnerabilidade e as suas dependências”, esperando que o próximo governo “estabeleça para si uma agenda exigente e que qualifique o país e não se recolha a uma posição de gestão macroeconómica defensiva”.

Para João Borges de Assunção “uma diferença importante” para a direção da política orçamental e económica resultante da maioria absoluta é que “o Governo poderá agora abandonar o excesso de taticismo na elaboração da política orçamental”.

“Ganha particular importância o novo Programa de Estabilidade de 2022-2026 que o Governo terá de apresentar até abril e que poderá ser revelador da estratégia económica do Governo. Quer nas finanças públicas com a estratégia de redução do défice a partir de 2023 e as metas para a dívida em 2026, quer ainda na política económica em termos de reformas estruturais”, frisa.

Paulo Trigo Pereira recorda que no programa para as legislativas o PS “deu muito mais importância, e bem, ao crescimento económico do que em 2019”, pelo que considera que “estará assim totalmente livre, diria mesmo totalmente responsável, para direcionar bem e melhor os fundos europeus para as empresas sobretudo as que têm potenciais de crescimento, que criem emprego e que tenham boas perspetivas de internacionalização para promover as exportações”.

O PS alcançou a maioria absoluta nas legislativas de domingo e uma vantagem superior a 13 pontos percentuais sobre o PSD, numa eleição que consagrou o Chega como a terceira força política do parlamento.